



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ
CURSO DE PEDAGOGIA

IVONE TAROUCO GOULART WERLANG

**O Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da
Educação Inclusiva e o Papel do Professor na Sala de Recursos
Multifuncional**

CHAPECÓ

2014

IVONE TAROUCO GOULART WERLANG

**O Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da
Educação Inclusiva e o Papel do Professor na Sala de Recursos
Multifuncional**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal da Fronteira
Sul. Orientadora: Prof. Dra. Lísia Regina
Ferreira Michels.

CHAPECÓ

2014

RESUMO

Este artigo analisou o tipo de atendimento educacional especializado oferecido aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, tendo em vista o seu papel frente a educação inclusiva. Refletimos sobre os conceitos de diversidade, inclusão, atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncionais e seus reflexos na educação. Foi realizado um estudo teórico, com um resgate histórico da educação especial, que ao longo do tempo, foi se modificando até atingir o nível que conhecemos na atualidade. A partir dos dispositivos legais usados pelas três esferas de governo, estão sendo implementadas as políticas educacionais inclusivas, que estão contribuindo com os educandos, que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Um novo paradigma na educação contemporânea tem suscitado debates que contemplam a educação inclusiva, rejeitando a exclusão, alicerçando-se em novas bases que buscam promover uma educação de qualidade para todos os educandos. A luta contra uma escola que produz um modelo social, e no individualismo é um ponto comum no cenário em que ocorre o debate sobre a inclusão escolar e sala de recursos. A implementação das salas de recursos multifuncionais tem se configurado em um importante desafio no cenário nacional, com vistas a contribuir com o acesso e a permanência dos educandos na escola.

Palavras-chave : Atendimento educacional especializado, educação inclusiva, sala de recursos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.	6
3 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO	8
3.1 A importância da formação especializada do profissional em educação especial.....	12
3.2 Diferentes salas de recursos: salas de recursos multifuncionais Tipo I e do Tipo II.....	13
5 A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS	15
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	20

1INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar o tipo de atendimento educacional especializado oferecido aos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, tendo em vista o seu papel frente a educação inclusiva. A partir dos dispositivos legais usados pelas três esferas de governo, estão sendo implementadas as políticas educacionais inclusivas, que estão contribuindo com todos os educandos. Na perspectiva da educação inclusiva é importante destacar a participação efetiva dos profissionais, dos educandos e seus familiares, para que a sociedade se proponha a romper com o paradigma de separação, e adote ações efetivas que garantam condições de sua participação como sujeito social.

Em 1994 a proposta de inclusão social que defendia como dever de todos o comprometimento com a queda de barreiras, que excluem todos aqueles considerados diferentes, com deficiência física, sensorial ou mental. O maior apoio a essa causa, veio do movimento que fez surgir a Declaração de Salamanca que regula as práticas políticas na área de necessidades educacionais especiais incluindo regras e padrões sobre a equalização de oportunidade para pessoas com deficiência, bem como partes consideráveis do seu conteúdo, contribuiu para a formação inclusiva de qualidade. Isso significa, dentre outros aspectos a garantia do acesso à escola em uma classe regular, com respeito, e dignidade garantindo a aluno com necessidades educacionais especiais as condições para o seu desenvolvimento pessoal e social.

O Brasil é signatário do documento art.84 inciso VIII aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 198 de 13 de junho de 2000, promulgado pelo Decreto nº 3956 de 08 de outubro de 2001 da Presidência de República que é provido pela Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com deficiência (Brasil 2001). As primeiras instituições criadas foram o Imperial Instituto dos Meninos Cegos(1854), sendo mais tarde chamado de Instituto Benjamin Constant(IBC) e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos(ISM, 1857) , com denominação alterada para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Estas duas importantes instituições eram ligadas a administração pública. Nesse período, o atendimento era extremamente precário, ainda que garantido pela Constituição de 1824. Mesmo havendo várias instituições como referido acima, naquela época não haviam legislações ou diretrizes voltadas para garantir os direitos às pessoas com deficiência. Neste sentido a criação desses institutos foi um ato isolado. É importante destacar que a medicina e a educação especial tiveram muito próximas, tendo sido os médicos os primeiros a buscar alternativas para as

peessoas com deficiência, tentando entender seus problemas e experimentando e pesquisando algum tipo de tratamento. Além disso, até a década de 1930, todas as iniciativas relacionadas aos institutos tinham um caráter segregacionista, sendo esse entendimento como a forma necessária para a educação daqueles considerados “anormais” (Bueno 2002).

Segundo Stainback e Stainback (1999), inclusão significa “o processo de criar um todo, reunir todas as crianças e fazer com que todas aprendam juntas”. Acrescenta que a inclusão significa ajudar a todas as pessoas “crianças e adultos”, a reconhecer e apreciar as potencialidades de cada indivíduo e o que traz para uma situação ou para a comunidade. Para os referidos autores a educação inclusiva se realiza com a participação de todos.

Considerando o atendimento educacional especializado (AEE) no Brasil importante, levar em conta as condições de cada escola e de cada estado. As escolas que tem uma estrutura para receber esses educandos, contam com profissionais especializados para trabalharem com os pais e educandos, havendo uma sintonia entre todos esses objetivos, e um forte investimento no processo de inclusão escolar.

Um novo paradigma na educação contemporânea tem suscitado debates que contemplam a educação inclusiva, rejeitando a exclusão, alicerçando-se em novas bases que buscam promover uma educação de qualidade para todos os educandos.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

No século XIX estabeleceram-se no Brasil as experiências européias do Instituto dos Meninos Cegos em 1854 sob a direção de Benjamin Constant e em 1857 Institutos dos Surdos com Eduard Huait Janazzi, 1985, 2004, Mazzotta (2005).

Para os Historiadores de educação a criação destas Instituições pioneiras apareceu atos inusitados, considerando-se o contexto da época. Observa-se que no Brasil, conforme os historiadores da educação, somente no século XIX a educação especial, porém de maneira muito tímida, mereceu atenção dos governantes.

Nada me parece mais significativo desse longo período de omissão e estagnação, de medidas medíocres e lampejos de paternalismo do que a criação do Colégio Pedro II e dos Institutos de cegos e Surdos-Mudos, como as principais instituições educativas da capital do país em sessenta anos de reinado (TEIXEIRA, 1968:71).

Assim podemos concluir que houve um longo período de omissão da parte dos governos quando o assunto é educação especial. No início da história da educação especial,

Januzzi (1992) identificou, no Brasil, duas vertentes denominadas por ela como: médico pedagógica e psicopedagogia, que se diferenciam pela sua abordagem de atuação:

Vertente médico pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico mas também no âmbito das práticas escolares. Vertente psicopedagógica: que não depende do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos (JANUZZI, 1992:59).

Em 1984 quando foi criado o hospital Juliano Moreira, no Rio de Janeiro dando início ao atendimento aos indivíduos com deficiência, destacou-se a medicina que junto com a educação especial no Brasil se identificaram, ainda no século XIX até os dias de hoje.

O descaso do poder público, com relação a educação de indivíduos com deficiência, e a educação popular, nos faz ver que as instituições do século XIX, atendiam os casos mais graves e os mais leves passavam despercebidos, e a falta de escolarização e conhecimento pela população na maioria rural os deixavam indiferentes a situação.

Em 1891 a Constituição, federalizou e definiu as responsabilidades pela política nacional, aos estados e municípios do ensino primário ao profissionalizante e a união ao ensino secundário e superior.

No Brasil seus ativistas defendiam tanto a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento através de reformas educacionais, quanto o direito de toda a educação e por isso pregavam que a construção de um sistema estatal de ensino público, laico e gratuito, seria o único meio efetivo de combate as desigualdades sociais da nação.

Na década de XX as reformas educacionais destacam Francisco Campos de Minas Gerais que trouxe professores e psicólogos europeus para ministrar cursos para professores. Entre esses profissionais estrangeiros chega ao Brasil em 1929, Helena Antipoff psicóloga russa, que se radicou no país e influenciou o panorama nacional de educação especial. (MENDES, 2010)

Um marco muito importante na educação especial brasileira, deu-se no início do século XX, com profissionais que chegaram no Brasil e aqui se radicaram, que influenciaram e criaram laboratórios para a identificação e condução da educação especial.

Helena Antipoff (1892-1974), havia estudado psicologia na França, na Universidade de Sorbone, e no Brasil criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929. Seu trabalho inicial foi uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino baseado na

composição de classes homogenia. HelaAntipoff foi também responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais. Em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que a partir de 1945, irá se expandir no país.

As influências dessa profissional, não somente na educação especial,mas também na elaboração de diagnósticos e preparação dos profissionais para atuarem na educação especial, contribuíram para um novo marco nacional em se tratando da educação especial.

Em 1939 ela criou uma escola para crianças excepcionais, na Fazenda Rosário, que pretendia integrar a escola à comunidade rural adjacente, dando início ao Complexo Educacional da Fazenda Rosário(Campos2003). Além dessas iniciativas participou ativamente do movimento que culminou na implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954, além de influenciar a formação de um contingente grande de profissionais que passaram a se dedicar à área nos anos posteriores (MENDES, vol. 22, num. 57, 2010).

Sua persistência e luta em prol da educação especial e seus educandos, e na formação de profissionais especializados para atuarem na área marcou uma nova etapa na inclusão nos sistema educacional brasileiro, defendendoum novo paradigma educacional, alicerçado na garantia do atendimento educacional de todos os educandos.

3 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO

Na sociedade atual, a educação se reflete na organização de valores que vão refletindo no meio social.Pode-se dizer afirmar que o abandono de pessoas com deficiência, nos dias de hoje, como era feito pelos romanos no século XIX que matavam as crianças nascidas com alguma anomalia, sem mesmo ter direito a vida.

Mas com o passar do tempo, e uma nova visão da educação, teve-se em novo entendimento sobre isolamento de pessoas em instituições para onde seriam conduzidos para o cuidado de suas deficiências, longe da sociedadee seus familiares.

Segundo Aranha (2001) houve um tempo em que as pessoas eram retiradas do convívio social e institucionalizadas para fins de proteção, tratamento e educação:

Este caracterizou-se, desde o início, pela retirada das pessoas com deficiência e suas comunidades de origem e pela manutenção delas em instituições residenciais segregadas ou escolas especiais,frequentemente situadas em localidades distantes de

suas famílias. Assim, pessoas com retardo mental ou outras deficiências, frequentemente ficavam mantidas em isolamento do resto da sociedade, fosse a título de proteção, de tratamento, ou de processo educacional (ARANHA, 2001, p. 162).

No Brasil o assistencialismo, foi marcado pelos diagnósticos médicos focados, processos na patologia e que buscavam solucionar as limitações que eram centradas nas pessoas com deficiência.

A lei de diretrizes e base de 1971 (Lei 5692/71) no artigo 9 nos deixa claro essa determinação: os educandos que apresentam deficiências físicas, os que encontravam em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial[...].

Nesse sentido a LDB garante que todo o aluno que tenha qualquer tipo de deficiência encontra o seu direito garantido, de matrícula, e de acompanhamento com pessoas qualificadas para o desenvolver desse aluno.

Carvalho (1998) nos mostra o quanto essa concepção ainda está presente

O modelo clínico, patologizante, ainda é o grande responsável pelas distorções, na pedagogia, do significado das diferenças entre os educandos. Em vez de serem consideradas e respeitadas para enriquecer as respostas educativas da escola, passaram a servir-lhe de alibi para justificar a exclusão daqueles que "fogem à média da normalidade".

Partindo da palavra "inclusão" consideramos que pessoas, educandos com qualquer tipo de deficiência, tenham seus direitos garantidos e assegurados por lei. Porém há muito ainda para ser feito, para que essa inclusão seja plena, total, temos que ter a convicção que pessoas com deficiência não precisam só de leis, mas de boas práticas educacionais para poderem ser reconhecidas como seres humanos para que consigam amenizar seus problemas, seus medos que sejam capazes de exigir e conhecer seus direitos.

Segundo Beyer (2006) ainda não há uma fórmula única de utilizar essas expressões, tanto na produção teórica quanto nas práticas as quais elas se referem.

O autor também aponta que a inclusão escolar se encontra no amadurecimento da prática do projeto de integração escolar se encontra no amadurecimento de práticas do projeto de integração escolar. A integração parece ser o primeiro passo para a aproximação entre as pessoas ditas normais e pessoas com necessidades educacionais especiais.

A inclusão não depende apenas das reformas que acontecem no currículo, na avaliação ao até mesmo na forma das atividades feitas em sala de aula (MITTER, 2003, p. 34). As diferenças que todos costumam apontar, não estão na pessoa com deficiência seja ela física

ou intelectual, mas sim na sociedade, em que essa pessoa, ou educando com deficiência está "incluída".

Contudo não devemos esquecer que para que a inclusão de fato aconteça, é necessário que os professores tomem para si a responsabilidade de ensinar todas as crianças que de uma certa forma estão excluídas das escolas por qualquer motivo, isso faz lembrar que é válido para todas as crianças que não estão na escola, e não apenas aquelas que foram rotuladas por um diagnóstico (MITTLER, 2003, p.16 e 34).

O termo inclusão, como argumenta Mendes (2002) admite diversos significados:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para quem não deseja mudança, ele equivale ao que já existe. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão estão práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes (MENDES, 2002, p. 70).

Para a referida autora, a inclusão vai mesmo tomar sua forma real, quando a sociedade ou humanidade deixar de lado a palavra "inclusão", e ver as pessoas diferentes como humanos iguais, cada uma com seus limites e possibilidades. Neste sentido, precisamos garantir que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas.

Desde o início deste século a inclusão tem sido tema de debates e estudos que mobilizam governos, instituições e a sociedade.

A exclusão tornou-se uma espécie de epidemia do início deste século: assustadora como a peste, altamente contagiosa e de cura pouco provável. Esta "epidemia social" demonstra uma grande vitalidade e dinâmica e, devido ao seu rápido alastramento, tem sido tratada como uma das ameaças mais sérias ao desenvolvimento das sociedades, em cujos objetivos cada vez mais se inclui a sua erradicação.

Esse desenvolvimento tenaz da exclusão incentivou os responsáveis políticos a congregarem esforços em campanhas para sua eliminação; criaram-se projetos de lutas contra a exclusão nos mais diversos domínios sociais: combate à pobreza, à infoexclusão, à exclusão escolar, à exclusão na justiça e na saúde- enfim, contra a exclusão social vista como um todo (RODRIGUES, 2006).

Podemos observar que mesmo em sociedades com tradições democráticas mais antigas, os movimentos sociais por melhorias nas condições de vida e com mais dignidade para toda a população, tem aumentado com a busca da inclusão.

Para Rodrigues, (2006) a consciência crescente dos direitos de cidadania fez que benefícios sociais restritos a certos grupos privilegiados que sequer eram questionados por outros grupos sociais, passassem a fazer parte da agenda reivindicativa de toda a população. Outro ponto de exclusão relaciona-se a cultura competitiva que tende a justificar a exclusão como inevitável. O referido autor considera uma terceira via de exclusão provavelmente se dá por fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa, uma ameaça.

Os programas de combate à exclusão desenvolvem-se promovendo o conceito antagônico: a inclusão. Isto porque, apesar de muitos esforços para delimitar o conceito de “inclusão”, só sabemos o que ela é como conceito oposto ao de “exclusão”. Desta, sim, conhecemos melhor os contornos. Mas vale a pena debruçarmo-nos um pouco sobre este conceito de “inclusão” que, de tão usado, parece por vezes dar mostras de fadiga...

Quando se fala inclusão, é importante distinguir duas dimensões que talvez tenham tempos de implementação e metodologias de atuação distintas: uma a que chamaríamos **inclusão essencial**, e outra **inclusão eletiva**.

A inclusão essencial é a dimensão que assegura a todos os cidadãos acesso e a participação sem discriminação a todos os seus níveis e serviços. Assim, a inclusão essencial pressupõe que ninguém pode se discriminar por causa de uma condição pessoal no acesso a educação, saúde, emprego, lazer, cultura etc. É uma questão que se prende com os direitos humanos e com uma aceção básica de justiça social (RODRIGUES,2006).

Diante dessas posições podemos concluir que a sociedade precisa assegurar as dimensões da inclusão, ou seja, a inclusão essencial e a inclusão eletiva, porém elas não podem colocar as pessoas em nichos ou confiná-las em locais isolados, as pessoas pertencem a grupos sociais distintos, e isso deve ser respeitado, independente de qualquer condição a pessoa tem o direito de se relacionar e interagir em função dos seus interesses com os distintos grupos sociais.

Os últimos anos têm trazido abundante atividade e também polêmica sobre a possibilidade e os modelos de desenvolvimento de uma educação inclusiva. De consumação impossível para alguns, provável para outros e inevitável para outros ainda, a educação inclusiva tem certamente protagonizado uma das áreas conceitualmente mais interessantes e dinâmicas de debate educativo contemporâneo. Isso porque a educação inclusiva contesta as bases em que a escola tradicional foi desenvolvida, e por isso motiva tantas paixões e assume características tão “iconoclastas” e radicais. A educação inclusiva não é uma cosmética da educação tradicional nem uma simples estratégia de melhoria da escola: constitui a promoção

da formulação da educação em novas bases que rejeitem a exclusão e promovam uma educação diversa e de qualidade para todos os educandos (RODRIGUES, 2006).

Nesta perspectiva, o debate educativo contemporâneo que contempla a educação inclusiva tem provocado um novo paradigma na educação. A educação inclusiva alicerça-se em novas bases que rejeitam a exclusão e busca promover uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente da classe social e da região geográfica que habita.

3.1 A importância da formação especializada do profissional em educação especial

Para o professor que trabalha na sala de recursos multifuncionais há algumas exigências que são feitas com relação a sua formação. A inclusão escolar fica comprometida se colocarmos a disposição da escola, que esta comprometida com a educação inclusiva, um professor que não é capaz de reconhecer o desempenho e as potencialidades do educando, e a lidar com ele. Por isso é necessário que os estados e municípios invistam na formação continuada dos professores para atuar como especializados de apoio.

O professor regente nas salas de aula regular precisa de formação adequada para sua qualificação. Para que isso seja possível, deve-se dar atenção maior quando nos dirigimos ao professor especialista no atendimento na sala de recursos multifuncionais, priorizando sempre a educação e atendimento feitos por esses profissionais às crianças da educação infantil e os outros níveis de educação.

Essa formação permite ao professor, de apoio no atendimento a sala de recursos multifuncionais, a aceitar os desafios que lhe são colocados, juntamente com seus educandos e resolve-los em parceria com outros professores e os recursos disponibilizados pelos equipamentos, materiais pedagógicos específicos a natureza e as necessidades especiais dos educandos.

Ainda de acordo como registro desse autor, a formação continuada é de suma importância para o desenvolvimento do professor em sala afirma também a importância do professor estar sempre se atualizando, e mesmo assim não estarem prontos para atender com qualidade todos os tipos de aluno com deficiência seja ela de aprendizagem ou intelectual. Tendo em vista a formação de professores para atuarem nesta área é necessário que tenhamos uma reflexão sobre os profissionais que atuarão como parte importante nessa inclusão. Diante dessas posições (BELTRAME, 2012, p.104) destaca três categorias de suma

importância na formação de professores: a formação inicial, a formação continuada e a falta de formação.

Primeiramente se considera que as disciplinas na graduação, não são o bastante para fazer do professor, um profissional da educação especial. O foco está em discutir a formação inicial para esse professor atuar com educandos com deficiência.

Em se tratando de educação especial, Magalhães (2009), nos relata que

Pensar na formação inicial do pedagogo para a educação inclusiva implica superar uma perspectiva baseada no modelo clínico-médico de deficiência em prol de um processo formativo no qual as questões relativas á escolarização da pessoa com deficiência perpassem o currículo de forma transversal (MAGALHÃES,2009,p. 06)

A formação inicial do professor, na educação especial amplia a visão de conhecimento, que afasta o estigma da exclusão, coloca a disciplina de educação especial como uma profissionalização nos cursos de Pedagogia.

Considera-se de elevada importância, o que aponta a afirmação de Caetano (2011) que nos sugere o seguinte

[...] há necessidades de uma formação que amplie a visão de mundo e de conhecimento dos professores,que promova práticas que superem o paradigma da exclusão,se é que isso será possível.A formação inicial se projetada para além de um saber específico e,de modo geral,precisamos do professor formado para responder,em parte,ás demandas escolares,independentemente do público que atenderá,pois a inclusão escolar,resguardados seus princípios e políticas,faz-se amplamente falando,na relação entre o professor e o aluno,pela via da mediação da construção do conhecimento e da aprendizagem(CAETANO,2011,p. 215)

Tendo em vista a pouca oferta de cursos de licenciatura em Educação Especial no Brasil, os professores geralmente são formados nos cursos de Pedagogia ou outras licenciaturas, sem uma formação adequada para o atendimento de educandos com deficiência em classes regulares de ensino.Essa realidade reflete diretamente na formação inicial dos professores; neste sentido, destacamos a necessidade de um forte investimento na formação continuada dos profissionais da educação básica, no intuito de fortalecer a política da educação inclusiva.

3.2Diferentes salas de recursos: salas de recursos multifuncionais Tipo I e do Tipo II

O decreto nº6.571/08 (Brasil,2008) especifica que o atendimento educacional especializado poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições especializadas e define salas de recursos multifuncionais como ambientes dotados de

equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

Segundo a Secretaria de Educação Especial, a sala de recurso Tipo I é um espaço da escola onde se realizam os atendimentos educacionais especializados chamada sala de recursos I, para atender educandos com necessidades especiais por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, no fazer pedagógico que instiga a construção do conhecimento para os educandos fazendo com que desenvolvam o currículo e a participação na vida escolar. (Brasil, 2006, p.13).

A sala de recursos do Tipo I se refere ao atendimento as diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolver as diferenças nas complementações ou suplementação curriculares. Essa mesma sala de recursos é organizada com diferentes equipamentos e materiais para atender conforme o cronograma e horário, educandos com deficiência, altas habilidades de superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção e outras necessidades educacionais especiais.

Já a o outro tipo de sala de recursos é definida de tal modo: para a sala de recursos do Tipo II o diferencial é o atendimento de professores com formação em libras e para crianças cegas com conhecimentos e material para o braille. Por isso, o atendimento de surdos deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngue. Com isso essa sala de recursos é multifuncional em virtude de sua constituição ser flexível para promover diversos tipos de acessibilidades ao currículo de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

Dentre essas atividades específicas de atendimento educacional podemos destacar o ensino em libras, o sistema braile e o sorobã a comunicação alternativa o enriquecimento curricular entre outros. Além do atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos ou nos centros especializados dentro da classe comum, como por exemplo os serviços de tradutor e intérprete de libras, e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnológicas assistidas, entre outras (p.15).

Segundo Bertuol (2010) a sala de recursos do tipo I e tipo II são diretamente relacionadas, e buscam compreender o educando, a sala de aula, na sua totalidade e a formação exigida do professor.

Vale salientar que a sala de recursos multifuncional atende cegos, surdos, com deficiência intelectual colocando a inclusão cada vez mais perto das escolas, e a sala de recursos pode contar também, com materiais que são enviados pelo governo federal, dentre

eles computadores, e também os professores que tem uma formação profissional, para atuar na área, proporcionalmente as pessoas com deficiência segurança no trabalho desenvolvido com elas.

É importante que a sala de recursos tipo I atende educandos matriculados no ensino regular que possui algum tipo de deficiência intelectual ou auditiva assim como transtornos globais de desenvolvimento superdotado de altas habilidades. Esses elementos são de suma importância para que possamos deixar claro que a sala de recursos comum, na escola em que se encontra, e os materiais que nela são implantados são feitos pelos professores e quando há recursos a escola adquire os materiais pedagógicos.

Diante desta posição é importante destacar que as diferenças existentes entre ambas as salas de recursos, e com a importância que essa especialização apóia e complementa as atividades no ensino regular, e com o passar dos tempos vem substituindo as classes especiais, isso nos casos em que o aluno tem deficiência intelectual ou transtornos globais de desenvolvimento.

As salas de recursos existentes em algumas escolas são as salas de tipo I pois as multifuncionais, que são as que atendem todas as deficiências e algumas necessidades especiais, ainda podem ser consideradas projetos de discussão com os sistemas de ensino, estadual, federal e municipal.

Ainda de acordo com os registros dessa autora, podemos ter o entendimento que, partindo das palavras educação inclusiva, que capacita as escolas comuns para atender todos os educandos e especialmente aqueles que tem necessidades especiais, na qual a parceria com sala de recursos multifuncionais e seus profissionais é fundamental.

5 A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS

O observatório Nacional de Educação Especial coordenado pela professora Dra: Enicéia Gonçalves Mendes registrou que a Secretaria de Educação Especial/MEC lançou no ano de 2005 a 2009 o programa de implantação de sala de recursos multifuncionais distribuídas em todo o Distrito Federal onde foram oferecidas 15.551 salas de recursos sendo 4.564 municípios brasileiros.

Uma pesquisa realizada por Miranda (2013p. 784) sobre a implantação das salas de recursos, a primeira sala de recursos na creche municipal Maria Antonia em Maio na cidade

de JiParaná/RO foi implantada em 2004, que teve por objetivo atender as especificidades dos educandos com deficiência.

A legislação educacional do MEC sobre diretrizes de base e plano educacional da educação mostra que o atendimento educacional especializado, se organize preferencialmente pela oferta de salas de recursos multifuncionais, para que os educandos em necessidades educacionais especiais (NEEs)

não sejam prejudicados e precisem interromper seus percursos escolares nas classes comuns, mas ao mesmo tempo tenham suprido suas demandas escolares.

Em 2005 a Secretaria da Educação Especial/MEC se programou para a implantação de salas de recursos multifuncionais, tornando possível o apoio aos sistemas de ensino, com materiais pedagógicos e de acessibilidade para a realização do atendimento educacional especializado, complementando e suplementando a escolarização.

O Programa de Ações de Articulações (PAR) apresentou com base nas demandas que esse quantitativo atenderia 82 % da necessidade de salas de recursos multifuncionais (MENDES, 2010 p.18). Com isso o MEC nos deixa a par que, de 4 564 municípios brasileiros a receber as salas de recurso multifuncionais, destaca-se o município de Ji-Paraná/Ro, que recebeu a primeira sala de recursos desse gênero. Essa sala de recursos multifuncionais foi implantada em uma creche municipal chamada Maria Antonia em maio de 2004, que atende as necessidades específicas dos educandos com deficiência, matriculados nas escolas do município.

Apesar da falta de recursos nesse município no que se refere às salas, no início faltavam muitos recursos, principalmente brinquedos especializados, porém a dedicação dos professores, fazendo adequações e confeccionando materiais e pedindo doações à comunidade, e então a partir de 2005 o MEC enviou mais recursos para equipamento da sala com materiais adaptados e os atendimentos começaram a melhorar.

Como passar do tempo surgiram cursos de capacitação, grupos de estudos teóricos, e experiências compartilhadas com outros professores, que deram base para o trabalho nesses espaços (MENDES, 2011, p. 784). Em pouco tempo as salas de recursos foram ficando lotadas, pois no número de educandos era grande e a procura por esse atendimento aumentava cada vez mais, só assim percebeu-se a necessidade de expandir para outras escolas, o que trouxe grande benefício para o município.

Os professores começaram a perceber a necessidade e o entusiasmo desses educandos, sabendo que as crianças com dificuldade de aprendizagem poderiam ter um local específico para ajudá-los no aprendizado. Com isso, o atendimento educacional especializado e as salas de recursos multifuncionais trouxeram uma nova esperança tanto para os familiares, como para a comunidade escolar de Ji-Paraná/RO.

Já no ano de 2011 foi feito o levantamento junto a sua Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de Ji-Paraná e as professoras que acompanham a real situação das salas de recursos multifuncionais e constatando que as escolas municipais e as outras que tinham sala de recursos multifuncionais eram 30, escolas municipais e 20 atendiam crianças com deficiência e dessas apenas 8 tinham salas de recursos multifuncionais, 4 escolas estavam aguardando a implantação das salas multifuncionais, e somente estavam funcionando 6 das 8 já existentes.

No ano de 2012 mais 4 salas multifuncionais que estavam sendo aguardadas foram implantadas aumentando assim para 12 o número dessas salas. Porém não havia profissionais o suficiente para atuarem nessa área. Também no ano de 2012 deixou de funcionar, pela saída de um professor especializado na área, deixando assim somente em funcionamento 5 salas.

No ano de 2013 não houve implantação de novas salas multifuncionais, continuando assim com as 12 que já existiam apenas 7 funcionavam, demonstrando que houve um acréscimo de mais duas salas ativas.

Com isso nesses 3 anos, observa-se que a falta de profissionais para esses espaços era um agravante para efetivação do serviço de apoio. Pode-se analisar com isso um número significativo de escolas que aguardam professores para atuar nesses espaços.

Contudo espera-se que para os próximos anos, sejam disponibilizadas mais salas multifuncionais, e que juntos também serão capacitados mais professores para atuar em tais salas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode concluir ao longo do texto é o destaque no contexto brasileiro dos relativos termos: inclusão escolar, educação especial e sala de recursos. Para reforçar esse conceito de idéias buscou-se destacar as regularidades e os pontos de tensão presentes nesse estudo, que tem se ocupado da sala de recursos no contexto da educação inclusiva. .

Analisando os estudos das salas de recursos no contexto brasileiro podemos afirmar que são escassos, há poucos estudos e porque a existência desse espaço esteve restrita a alguns contextos específicos, evidenciando uma lacuna nesta área. Neste sentido, o incremento numérico dessas novas salas deverá provocar novas pesquisas que mostrarão como tem sido interpretadas as diretrizes para tais dispositivos. Com isso, a pesquisa vinculada a sala de recursos é uma meta para o futuro.

Ao considerarmos estimulante, exigente e um bom comparador de processo de aprendizagem em geral, devemos reconhecer que os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades estarão em melhores condições de enfrentar o ensino comum, com a complementação do apoio especializado.

É importante destacar que esse apoio auxilia na exploração de alternativas que fazem diferença no acesso ao conhecimento, dos quais citamos, a dinâmica que permite utilizar os recursos potenciais de aprender novas linguagens, desenvolver a capacidade de observar e de poder se observar. As políticas brasileiras para educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, a sala de recursos tem sido destaque como o espaço ideal para que o educador especializado em educação especial realize seu trabalho. Nesse sentido, o trabalho qualificado e comprometido dos professores especialistas dessa sala é fundamental, não apenas para contribuir com a aprendizagem efetiva dos educandos, mas também para dar credibilidade ao próprio trabalho dessas professoras, garantindo o ensino e a aprendizagem de todos os educandos.

A tendência é que no futuro as salas de recursos sejam aplicadas também para o ensino médio, tendo em vista que os educandos estão chegando ao ensino médio e muitos deles continuarão precisando de um atendimento especializado. A luta contra uma escola que produz um modelo social, e no individualismo é um ponto comum no cenário em que ocorre o debate sobre a inclusão escolar e sala de recursos. Sendo assim é necessário uma transformação curricular que seja urgente e necessária, a diferença encontra-se na maneira como essa transformação acontece.

Quando destacamos as funções associadas as diferentes dificuldades dos educandos que teriam acesso a esse espaço; uma resposta é positiva, quando se compara os dois conjuntos de materiais oferecidos pela sala de recursos do tipo I e do tipo II, sendo que as diferenças estão na deficiência visual (tipo II) e demais sujeitos (tipo I)

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o

atendimento às necessidades educacionais especiais(...) A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para o desenvolvimento das diferentes complementações ou complementações curriculares (ALVES,2006,p.14)

Para concluir o debate sobre os serviços oferecidos ao atendimento educacional especializado no Brasil, necessariamente o contexto político educacional que se diferenciam das diretrizes para o serviço de educação especial.O apoio especializado da forma como esta constituída hoje pode não atender ao ideal de todos os educandos no mesmo espaço escolar, porém tem condições de contribuir com uma parcela significativa da população, sejam educandos classificados como tendo acentuada dificuldade de aprendizado que ainda hoje em algumas escolas são excluídas mas que sejam reconhecidas e valorizadas dentro do espaço escolar.Portanto tratando-se de valorizar o conhecimento que já existe sobre o processo de aprender e ensinar, evitando qualquer visão amplificadora que separe o educando com deficiência de seus companheiros da mesma idade no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- ALVES,D.O. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional.Brasília.Ministério da Educação,Secretaria de Educação Especial,2006.36p.
- ANDRÉ,Marli.**Pesquisa em educação:**buscando rigor e qualidade. PUC , São Paulo,2001.
- ARANHA,M.S.F.Paradigmas da relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência.**Revista do Ministério Público de Trabalho.**Brasília Ano XI,nº .21: LTR Editora Ltda,2001.
- BAPTISTA,ClaudioRoberto.**Ação pedagógica e educação especial:** a sala de recursos como prioridade na oferta se serviços especializados.Revista Brasileira de Educação Especial,2011.
- BEYER,H.O.Educação inclusiva ou integração escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas pragmáticas.In:**Ensaio pedagógicos.**Brasília:Ministério da Educação,Secretaria da Educação Especial,2006.
- BORTUOL,Claci de Lima.**Sala de recursos multifuncionais:** Apoios especializados a inclusão escolar de educandos com deficiência/necessidades educacionais especiais no Município de Cascavel,*PR.* Unioeste,2010.
- BUENO,J.G.S.**A educação especial nas universidades brasileiras.**Brasília,MEC,2002.
- CAETANO,1a.M.O processo de formação inicial do professor para a perspectiva de inclusão escolar: especialistas em Educação Especial ou generalistas? In: PLETSCHE, M. D.; DAMASCENO, A. (Org). Educação Especial e inclusão escolar : reflexões sobre o fazer pedagógico.Rio de Janeiro: Seropédia - Ed. da UFRJ,2011,p. 202-217.
- CARVALHO,R.E.**Temas em Educação Especial.**Rio de Janeiro:WVA,1998.
- GIORGI,Heloisa de Oliveira Prado.**Sala de recursos em São Bernardo do campo:**possibilidades e limites do apoio educacional especializado na construção de uma escola inclusiva. Universidade Metodista,São Paulo,2007.
- JANUZZI,G.M.A **luta pela educação do Deficiente Mental no Brasil**,2ª ed, Autores Associados,Campinas: 1992.
- MAGALHÃES,R.C.B.P. Pedagogia em tempos de escola inclusiva: a formação inicial em debate. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM FOCO,5,2009,São Paulo.Anais... São Paulo,2009. 1CD - ROM.
- MASINI,ElcieF.Salzano.**O perceber e o relacionar-se do deficiente visual;orientando professores especializados.**Revista Brasileira de Educação Especial,1991.
- MILANESI, Josiane Beltrame.**Organização e funcionamento das salas de recurso multifuncionais em municípios paulistas.** UFSCar,2012.

MIRANDA, Suelen da Silva *et al.* **Salas de recursos multifuncionais: espaço de contribuição e fortalecimento para a inclusão escolar.** UNIR, Rondônia, 2013.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTILHA, Rita de Cássia Ietto *et al.* **Utilização de recursos ópticos e equipamentos por escolares com deficiência visual.** Ar. Bras Oftamol: Campinas, 2006.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo, 2006.

SILVA, Rosemary Guillardida. **O professor especialista da sala de recursos multifuncionais: uma aproximação possível.** Brasília, UnB, 2008.

STAINBACK, Sauzan & STAINBACK Willian. **Inclusão em guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.